Maior acompanhado para um pai idoso: quando falar com um Advogado de Família em Braga Começa muitas vezes com pequenas coisas. Contas da luz que ficam por pagar, levantamentos estranhos no multibanco, um vizinho que conta que o pai voltou a perder-se no caminho para casa. Com o envelhecimento e com doenças como as demências, muitos filhos em Braga dão por si a gerir, de forma informal, a vida dos pais. Até ao dia em que o banco, as Finanças ou um lar pedem um documento que comprove que podem fazê-lo. É neste momento que o regime do maior acompanhado costuma entrar na conversa. Trata-se de um regime decidido pelo tribunal para apoiar adultos que não conseguem exercer plenamente os seus direitos, com medidas à medida de cada pessoa. Não é uma forma de retirar o pai da sua própria vida, mas de lhe dar proteção jurídica nas áreas em que precisa dela. Um advogado de família ajuda a perceber se o caso o justifica ou se há alternativas. Há sinais que indicam que vale a pena avaliar a situação. Quando há património a gerir, como uma casa, *advogado especialista em família* pensões ou poupanças, e o pai já não consegue tomar decisões informadas. Quando existe risco de ser enganado por terceiros, algo infelizmente frequente com pessoas idosas. Quando é preciso assinar contratos, como a admissão num lar ou a venda de um imóvel para pagar cuidados. E quando os irmãos não se entendem sobre quem decide.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

É importante agir com respeito pela pessoa. Sempre que possível, o próprio pai deve ser ouvido e a sua vontade deve ser tida em conta, incluindo a escolha de quem o acompanha. Também convém pensar cedo: há decisões *advogado família* que ainda podem ser tomadas pela própria pessoa enquanto mantém capacidade, o que pode tornar tudo mais simples. Falar a tempo com um advogado família em Braga evita decisões tomadas à pressa. Na QUOR Advogados, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga processos de Maior Acompanhado, com uma abordagem empática que tem em conta o peso emocional destas situações para toda a família. O cliente recebe explicações em linguagem clara, sabe quanto vai pagar antes de avançar e é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo. Um advogado de família pode também ajudar a gerir as conversas entre irmãos, que muitas vezes são a parte mais difícil. Cada caso é analisado individualmente. A consulta inicial de 70€ inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso. Pode ser presencial em Braga, na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, ou online para filhos que vivem longe. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado de Família em Braga O que faz um advogado de família em Braga? Um advogado de família acompanha divórcios, partilhas, responsabilidades parentais, processos de maior acompanhado e heranças, procurando primeiro soluções por acordo. Na QUOR Advogados, estes assuntos estão organizados em quatro áreas: Divórcio e Partilha, Responsabilidades Parentais, Maior Acompanhado e Herança e Testamento. Quando não há entendimento, o advogado representa o cliente no tribunal. O divórcio por mútuo consentimento pode ser feito na conservatória? Sim. Quando há acordo, o divórcio pode ser tratado na Conservatória do Registo Civil, ou em tribunal em certas situações. É preciso apresentar acordos sobre a casa de morada de família, as responsabilidades parentais dos filhos menores, os alimentos entre cônjuges quando existam e uma relação dos bens comuns. A QUOR prepara estes acordos e explica cada um em linguagem clara. E se o outro cônjuge não quiser o divórcio? Nesse caso, o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges corre no tribunal, no juízo de família. Em Braga, trata-se do Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca de Braga. A Dra. Paula Pratinha acompanha presencialmente estes processos no escritório da Praça da República. Como funciona a partilha de bens depois do divórcio? A partilha depende do regime de bens do casamento, e a comunhão de adquiridos aplica-se quando não houve convenção antenupcial. Pode ser feita por acordo entre os ex-cônjuges ou por inventário quando não há entendimento. A QUOR analisa o património e as dívidas do casal e apresenta um orçamento claro antes de avançar. O que inclui a regulação das responsabilidades parentais? Inclui a forma de decidir as questões de particular importância, a residência dos filhos, o regime de convívio com o outro progenitor e a pensão de alimentos. Pode ser feita por acordo ou pelo tribunal, sempre no superior interesse da criança. A QUOR ajuda a redigir acordos concretos, pensados para a rotina real de cada família. A residência alternada é possível? É uma possibilidade que o tribunal pode ponderar, sempre no superior interesse da criança, e que os pais também podem acordar entre si. Depende de fatores como a distância entre as casas, a escola e a capacidade de comunicação entre os pais. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga estes processos e ajuda os pais a avaliar, com honestidade, se a solução é viável. A pensão de alimentos pode ser alterada? Sim. As responsabilidades parentais, incluindo a pensão de alimentos, podem ser alteradas quando as circunstâncias mudam, por acordo formalizado ou por decisão do tribunal. Até lá, vale o valor em vigor. A QUOR responde em 24 horas úteis a quem precisa de rever um acordo antigo. O que é o regime do maior acompanhado? É o regime que substituiu a interdição e a inabilitação, para apoiar adultos que não conseguem exercer plenamente os seus

direitos. É decidido pelo tribunal, com medidas à medida de cada pessoa e respeitando a sua autonomia sempre que possível. Na QUOR, o Maior Acompanhado é uma das quatro áreas de Família. Como se resolve uma herança entre irmãos? O primeiro passo é a habilitação de herdeiros, seguida da identificação de todos os bens e da verificação de testamento. A partilha pode ser feita por acordo ou por inventário, respeitando a quota legítima dos herdeiros legitimários: cônjuge, descendentes e ascendentes. A Dra. Paula Pratinha trabalha também em Imobiliário, o que ajuda quando há casas e terrenos a partilhar. Quanto custa a primeira consulta? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Se decidir avançar, sabe quanto vai pagar antes de começar, com orçamento claro. Pode marcar pelo +351 939 709 888 ou pelo email info@quor.pt. É possível tratar de um assunto de família à distância? Sim. A QUOR faz consultas online por videochamada em qualquer ponto de Portugal e no estrangeiro, uma opção muito usada por emigrantes com heranças ou divórcios em Portugal. Os documentos podem ser enviados em formato digital, de acordo com o lema Justiça Ecológica, Menos Papel e Mais Planeta. Onde fica o escritório e que zonas acompanham? O escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, no centro de Braga, com atendimento das 9h às 18h. A QUOR acompanha assuntos de família de todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e Vila Verde, e tem ainda escritórios no Porto e em Esposende. A firma tem uma avaliação de 4,9 no Google.